



Anais da Assembleia

Nº 144

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE DEZEMBRO DE 1982

ANO VIII

Resolução:

RESOLUÇÃO Nº 74/82

DATA: 03 de dezembro de 1982.

SÚMULA: Aprova prestação de contas do Departamento de Finanças do Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1980.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte resolução:

Art. Único. São aprovadas as contas do Departamento de Finanças do Poder Legislativo, referentes ao exercício financeiro de 1980.

Palácio "XIX de Dezembro", em 03/12/82

JOÃO MANSUR
PRESIDENTE

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 124ª SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 1982

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Ezequias Losso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Dácio Leonel, Egon Pudell, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gilberto Agibert Filho, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Renato Bernardi, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer (30); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Gilberto Carvalho, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Leônidas Chaves, Mário Celso, Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tércio Albuquerque, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi e Wilson Fortes. (28).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo expediente a ser lido, no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): Fatos estarrecedores nos obrigam a assomar a esta tribuna parlamentar, a fim de denunciá-los e a fim de, contra eles, exigir dos poderes competentes prontas e enérgicas providências.

Referimo-nos ao que está acontecendo com o DETRAN de Umuarama, com raio de ação, e cujo principal responsável

afronta a opinião pública, acobertado por estranha e inexplicável impunidade.

Tornou-se fato corriqueiro a denúncia de corrupção no DETRAN em quase todo o País. Lembramo-nos de que, ainda há pouco tempo, a imprensa de São Paulo se ocupou, em sucessivas reportagens, do "milagre" de funcionário subalterno do DETRAN bandeirante que, com minguados vencimentos, alcançou ser dono de numerosas fazendas de café e de criação de gado, além de haver-se tornado proprietário de apartamento na paulicéia, de casas de praia e de campo e de alguns automóveis, tudo isso sustentado por gorda conta bancária. Descobriu-se que, respaldado por influentes personagens do Governo Paulo Salim Maluf, era o Miguelzinho o controlador único da caixinha de propinas do DETRAN do vizinho Estado. O DETRAN do Rio de Janeiro tem sido alvo, igualmente, de irresponsáveis denúncias sobre calamitosa corrupção.

É provável que o agente do DETRAN de Umuarama, tenha se assenhoreado dos segredos de enriquecimento ilícito de outros DETRANs. Deles, tem se utilizado muito bem, tanto que vive à tripa fôrra, para escárnio da população indignada.

O enriquecimento ilícito provém, sobretudo, da expedição de carteiras "frias" de motorista, vendidas, a preços bem quentes, a quem interessar possam. Recorre, para esse fim, a certificados "frios" de exame psicotécnico, irresponsavelmente assinados com antecipação por quem deveria vigiar e fiscalizar os pretensos candidatos a motorista.

O DETRAN de Umuarama se transformou na méca da corrupção. Atrai multidões de interessados, não só do próprio município, mas também do resto do Paraná, e até de outros Estados. Sabemos que gente de Cuiabá e de Goiânia comprou carteira de motorista em Umuarama sem necessidade de, ao menos, visitar a cidade. Um telefonema e uma ordem de pagamento em banco são suficientes. Conhecemos pessoas que possuem a carteira de motorista, embora nunca tenham aprendido a dirigir qualquer veículo auto-motor. O "slogan" corre de boca em boca. "Pague e pegue a carteira agora, e aprenda a dirigir depois, se puder". Um descalabro! Uma ignomania!

O comércio de carteiras "frias" de motorista floresceu de tal maneira que precisou repartir-se, para não dar tanto na vista em Umuarama. Essa incomum prosperidade é alimentada por cúmplices que permanecem na sombra, apesar de bastante conhecidos na região. Faz-se mistér o seu desmascaramento.

Não estamos exagerando quando falamos em prosperidade comercial, no setor do DETRAN. Para aquilatar essa inusitada multiplicação de carteiras, basta que se diga que tal e tão excessivo foi o número das expedidas que a Secretaria de Segurança Pública se recusa a renovar o estoque de carteiras de motorista em branco ao DETRAN de Umuarama. Espantou-se aquele órgão diante de tanta diligência, de tanta dedicação e de tanto espírito de sacrifício do agente do DETRAN. Não há carteira que chegue. Deve ter-se enganado forçosamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística quando realizou o recenseamento de 1980. As estatísticas sobre expedição de carteiras de motorista estarão comprovando, por certo, que decuplicou, e centuplicou, o número de habitantes de Umuarama. Senão, para que tanta carteira? E o IBGE que não sabia disso!!! ...

O escândalo estourou. Ninguém mais poderá encobri-lo e sufocá-lo. O DETRAN de Umuarama é um caso de polícia.

Em razão dos fatos apontados, estamos requerendo o en-

caminhamento de um pedido de informações à Secretaria de Segurança Pública do Paraná.

Queremos saber quantas carteiras, e para quem, foram expedidas carteiras de motorista em Umuarama, com o detalhamento de nome, endereço e categoria de motorista, se amador ou profissional.

De posse dessa informação, iremos averiguar se os nomes e os endereços serão exatos. Poderemos denunciar, então, a falcatura praticada, quando revelarmos que muitas pessoas, tidas como habitantes de Umuarama, lá nunca moraram, e moram sim, em Mato Grosso e em Goiás.

Queremos saber que providências foram tomadas para apuração e punição do fato delituoso. Essa punição já vem tarde, porquanto não é de hoje o crime que vem sendo aberramento praticado.

O povo paranaense mostrou que está cansado de ilícitos e de pouca vergonha na administração pública. Derrubou a 15 de novembro, a oligarquia que, há tanto tempo, vinha espoliando o Estado. Exige probidade e moralidade no governo. Iremos tê-las com o Governador José Richa.

Acreditamos que a nossa denúncia há de franger e mobilizar a Secretaria de Segurança Pública. Se, porém, apesar dos pesares, nenhuma medida venha a ser eventualmente tomada por quem dê direito, o novo governo, a instalar-se nos próximos meses saberá como agir e a quem punir. Lugar de corrupto é na cadeia.

"PEDIDO DE INFORMAÇÕES

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO QUE, em Umuarama, existe negócio ilícito, mas altamente rendoso, de expedição de carteiras de motoristas;

CONSIDERANDO QUE essas carteiras são expedidas sem exame de inspeção e sem exame psicotécnico, utilizados, no último caso, certificados em branco, previamente assinados por quem deveria exigir o competente exame;

CONSIDERANDO QUE carteiras de motorista têm sido expedidas até para pessoas que nunca souberam dirigir veículos auto-motores;

CONSIDERANDO QUE a clientela para essas falsas carteiras de motorista se constitui não só de habitantes de Umuarama, mas também de pessoas vindas de outros municípios, e até de outros Estados, atraídas pela facilidade de sua aquisição, mediante simples pagamento da importância exigida pelos traficantes;

CONSIDERANDO QUE motorista inabilitado aumenta a incidência de acidentes de trânsito nas ruas citadinas e nas estradas com grave risco à vida alheia e à incolumidade dos veículos de propriedade de outrem;

CONSIDERANDO QUE a Secretaria de Segurança Pública já desconfiou da anormal expedição de carteiras de motorista pelo DETRAN de Umuarama, facilitada por não haver mais a moralizadora fiscalização em Curitiba, das carteiras expedidas no interior, e anteriormente obrigatória;

REQUER

O encaminhamento, ao Sr. Secretário de Segurança Pública, do seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

a) Quantas carteiras de motorista, amador ou profissional, foram expedidas pelo DETRAN de Umuarama nos últimos 6 meses?

b) Relação de nomes, endereços e categoria de motorista amador ou profissional, das pessoas contempladas com a expedição de tais carteiras.

c) Persistirá a Secretaria de Segurança Pública no critério de manutenção da impunidade aos traficantes de carteiras "frias", que preenchem, irregular e criminosamente, certificados de exame de inspeção e de exame de psicotécnico?

d) Quais as providências urgentes que serão tomadas para apuração e para punição dos autores do fato delituoso?

e) Até quando permanecerá no exercício do cargo o agente do DETRAN incriminado, num acinte à moralidade pública, e num desafio à população alarmada ante o crescente número de vítimas do trânsito, provocado por motoristas inabilitados e irresponsáveis?

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1982.

(a) ROMERO FILHO".

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Perplexos, agricultores e lideranças do setor da produção, sentiram que nos sulcos deixados pelo F.M.I., em sua passagem tuteladora sobre os destinos dos brasileiros, ficou a certeza de que entre as áreas mais atingidas está a agropecuária. A última reunião do Conselho Monetário Nacional realizada antes do Natal, e que será a derradeira deste ano materializou um corte substancial nos subsídios, numa iniciativa que atinge o conceito universal hoje existente, e que quebra a promessa governamental de dar prioridade à agricultura, ameaçando um dos objetivos mais sérios e profundos de qualquer governo sério, o de aumentar a produção alimentícia.

A derrubada paulatina mas sentida dos subsídios a atividade agrícola pretende, segundo os monetaristas e os procuradores do grande capital internacional, ora travestidos de representantes do F.M.I., de reduzir os índices inflacionários e adaptar o Brasil as condições exigidas para obter os recursos que pretende e que já obteve em parte. À agricultura um quadro se delineia, desde já, e é no mínimo ameaçador do nosso futuro.

A queda dos subsídios trará, sem dúvida, consequências das mais graves, que comecem pelo desestímulo ao produtor, traduzido em forma de diminuição da área de plantio, da descapitalização ainda mais profundo, do endividamento maior do setor, e mais, nos levará ao triste caminho da queda da produção de alimentos, e exigindo importações dos produtos básicos para a mesa de nosso povo.

Se isso não bastasse, a maior credibilidade que poderíamos ter a mensagem do Governo de dar prioridade à agricultura já estaria rompida, sem se esquecer de que hoje o maior contribuinte brasileiro na conquista de divisas no exterior estará perdendo o seu poder de competitividade e que é exatamente um dos seus maiores trunfos. E esse é o quadro que nos espera se desde já não nos organizarmos para exigir uma política agrícola ajustada às necessidades do País, voltada para o desenvolvimento da economia como um todo.

E de forma que, justamente neste instante em que nossa agricultura mesmo eficiente e produtiva enfrenta uma crise no mercado internacional que nos obrigou durante todo este ano a vender muito mais lá fora para obter o mesmo e até menos resultados do que nos anos anteriores.

Para analisar com profundidade o alcance das medidas anunciadas pelo Governo através do Conselho Monetário Nacional e a sua Resolução 783, é necessário compreender os objetivos do Governo. É preciso mais do que nunca, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desmistificar os objetivos governamentais, para demonstrar que a eficácia procurada trará na menor das hipóteses prejuízos para toda a economia nacional e em especial à agricultura, um dos setores que mais respondem aos incentivos lançados a qualquer setor de atividade econômica do Brasil.

E as exigências do F.M.I., para a concessão dos créditos nos lançam num mar das incertezas, podendo prever desde este momento até algumas tensões sociais como consequência desses atos.

Mas o que nos espanta e por isso estamos nesta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque o clamor que sentimos, por exemplo na região Oeste do Paraná, é de que, a priori, é que o Governo aceita através dos tutores internacionais que se retire da agropecuária aquele que tem sido um dos seus sustentáculos, que são os incentivos, atingindo o princípio universal hoje aceito em todos os países do mundo provado na prática esse princípio de que a atividade agrícola não tem poder de competição sozinha com os demais setores da economia, principalmente por causa das atividades que dizem respeito à agropecuária, envolvidas em adversidades climáticas, de doenças e pragas. E este princípio de necessidade de subsidiar a agropecuária, no qual se pautam grande parte dos países produtores de alimentos, é preciso se destacar. Inclusive, o sócio maior do FMI, os Estados Unidos da América do Norte, e que agora através dos representantes do Fundo, desrespeitam um princípio que lá existe há muito tempo, como se fosse possível nós brasileiros encontrarmos fórmulas mágicas para crescer sem dinheiro.

Para comprovar esta afirmação, buscamos pesquisar alguns dados. Podemos hoje dizer, desta tribuna, que países como o Japão, a Austrália, o Canadá, os Estados Unidos e toda a comunidade econômica européia, utilizam incentivos através de subsídios à agricultura. Aqui um dado interessante, somente em 1981, os Estados Unidos subsidiaram em 11 bilhões de dólares seus produtores. Onze milhões de dólares, um oitavo de nossa dívida externa para o subsídio à agricultura.

A Europa, através de seus Governos, incentivos através de subsídios à agricultura daqueles países em 13 bilhões de dólares. Basta uma pergunta: se esta regra vale para os países desenvolvidos, por que não para nós? Por que não a permanência dos subsídios no seu total, como antes era possível estimular no Brasil?

Esta afirmação exige de nós algumas medidas, no sentido de imediatamente frear as ações do Governo e levantar esta Nação e protestar contra estas atitudes e, de início, colocar um basta na tentativa deste mesmo Governo de proliferar a idéia de que os subsídios são abomináveis. E não pararmos por aí. Mas demonstrarmos que é uma falsa verdade a afirmação de que a agricultura é o setor da produção que mais recebe subsídios governamentais, porque basta olhar para embasar a nossa colocação, que os incentivos à agricultura são os que mais obtêm resultados estimulantes :

Outro dado está aqui, para desmoralizar qualquer argumento, de que é necessário diminuir os incentivos agropecuários. Em 1981, por exemplo, de todos os subsídios oferecidos pelo Governo, à indústria, à exportação, a todos os setores de atividades, inclusive à agropecuária, foi exatamente a agricultura que recebeu 14,4%. Eu insisti neste dado, Sr. Presidente. De todo o bolo de subsídios que o Governo forneceu no ano de 81, a fatia que coube à agricultura foi de 14,4%. No entanto, o retorno foi, nada mais, nada menos, de 10 bilhões de dólares. E nos últimos três anos a agropecuária responder com um total de 20 bilhões de dólares de ingresso de divisas no Brasil, somente na exportação de matérias primas saídas da lavoura.

Isto sem citar a produção de alimentos para a mesa do povo, esta produção de alimentos que é fundamental que cresça para suportar o crescimento da demanda interna e, inclusive, face ao crescimento populacional do Brasil.

Outra tarefa nos cabe registrar. É de provar que a produtividade de empregos no setor agrícola é das mais altas e, por isto, é preciso olhar a agropecuária com os olhos efetivamente do estímulo, da seriedade e não com o objetivo de sufocar e desestruturar todo o setor produtivo primário do Brasil.

O Sr. Luiz Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) :

Gostaria de perguntar a Vossa Excelência, Deputado, esses

dados, que Vossa Excelência cita com tanta desenvoltura, foram colhidos aonde? Porque, em primeiro lugar, nós temos a tendência em aceitar dados que nos são jogados muitas vezes, e sem as necessárias fontes. Daria um exemplo muito curioso, que me chamou muito a atenção, durante o último mês, em que nós verificamos o seguinte: era tido e havido, como fato consumado, que o Paraná possuía apenas 5% de cobertura do seu solo natural, com florestas nativas. Isso durante muitos anos foi aceito sem contestação. Descobri agora, por um estudo feito pela Universidade Federal do Paraná, que esse percentual é pouco superior a 20%, constituindo-se o Paraná num dos Estados do Centro Sul do Brasil, que possui melhores condições de reservas naturais, de florestas.

Por isso, só dei um exemplo assim, que não tem nada a haver com o seu assunto e gostaria que Vossa Excelência me informasse quais são as fontes da sua estatística citada com tanta precisão, inclusive em termos de frações percentuais, para que nós pudéssemos acompanhar melhor o desenrolar do seu raciocínio. Obrigado :

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o seu aparte, e antes de entrar no mérito dele, dizer que até esse estudo sobre a cobertura florestal do Paraná é duvidoso, porque no mapa que constatei, eles se esqueceram de situar o parque internacional do Iguaçu que geograficamente está deslocado.

Mas, diria a Vossa Excelência que não tenho culpa se Vossa Excelência não acompanha o noticiário, porque esses dados que estou dando, ou se acompanha passa olhos grossos, sobre os assuntos que nós estamos tratando, porque a Federação de Agricultura do Estado de São Paulo, divulgou amplo estudo sobre o problema; posso ceder a Vossa Excelência os últimos exemplares, sobre o documento "Conjuntura e análise da atualidade Econômica da Fundação Getúlio Vargas, e ainda solicitaria a Vossa Excelência a leitura diária da coluna desse jornalista econômico, Joelmir Bething e para concluir, alguns dados do próprio Governo, como por exemplo o que tenho aqui, um Estudo do Ministério da Fazenda, que defende os subsídios da atividade agrícola, que foi divulgado no dia 27 de dezembro de 1981.

O Sr. Gabriel Sampaio — Agradeço e dispense as considerações de Vossa Excelência e digo o seguinte mais, 20 bilhões de dólares de exportações de produtos primários, tenho uma certa dúvida com relação a estas cifras. Não tenho aqui para lhe contestar, como gostaria, mas por isso solicito as suas fontes, para que eu possa contestá-lo amanhã, se for o caso.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Aliás, há também sobre esses dados de que nos últimos 3 anos a agricultura produziu 20 bilhões de dólares, de entrada de divisas, do próprio Presidente da Associação Brasileira de Cafeicultores, Abreu Sodré, que colocou como um dos seus argumentos, exatamente esses números. Mas eu continuaria insistindo nesse dado de que em 1981, efetivamente, de todo o bolo de incentivos, de subsídios que o Governo canalizou para as atividades econômicas do País, coube à agricultura tão somente, 14,4%. E com um detalhe: — e mais um dado oficial, para convencimento do ilustre Deputado que eu comprazer aceitei o aparte.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, portanto um órgão oficial, demonstrou recentemente num estudo que temos em mãos, que cada bilhão de cruzeiros, investido para a indústria automotiva e naval, produziu 700 empregos; enquanto que, o mesmo valor dado à agropecuária, resultou na ocupação de 20 mil empregos. É o IBGE que divulga isso, e esses dados também temos em mãos num documento da Fundação Pedroso Horta, que exatamente divulga algo de que desmistifica a idéia de que a agricultura não responde à geração de empregos, como a indústria. Pois o IBGE que nos traz o argumento maior, de que a cada 1 bilhão de cruzeiros investidos na indústria de automóveis e na indústria de navios, gera apenas 700 empregos; e no setor a-

agropecuário, pode gerar até 20 mil empregos. E é a partir desses parâmetros, desses dados, destas informações, que devemos analisar estes investimentos, no seu valor e também pela capacidade de resposta deste setor, lembrando ainda que nos últimos anos a agricultura assumiu novo papel no Brasil, o de mover a frota à álcool através dos seus canaviais e o de fazer movimentar indústrias de transformação que hoje proliferam-se graças a oferta de matérias primas e a criação e novos mercados de produtos semi ou industrializados no País e no exterior.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que ainda nos leva a repudiar tais medidas é o desprezo com que o Governo e seus tutores tratam setor que produz além de alimentos, divisas e empregos. Que produz dinheiro vivo em forma de tributos. Somente em ICM e FUNRURAL e mais um dado a ser conferido para quem duvidar, somente, Sr. Presidente, Srs. Deputados vejam a que ponto chegamos. Somente em ICM e FUNRURAL a agropecuária possibilitou o recolhimento de 5,8 bilhões de dólares em 81. Enquanto a destinação vinha do Orçamento Monetário para o setor não passou de 3,3 bilhões, ou seja, até no setor fiscal há um "superávit" como poucos setores da atividade econômica proporcionam no Brasil. 5,8 bilhões de dólares em ICM e FUNRURAL através da agropecuária canalizaram ao Governo. E orçamentariamente para a agricultura em 81, 3,3 bilhões foram aquinhoados.

Apesar da produção de tantas riquezas este setor ainda é dos mais descapitalizados e dos mais penalizados pela política econômica do Governo Federal.

O agricultor enfrenta a irrealidade dos preços mínimos, a conjuntura interna difícil, os mercados internacionais em dificuldades e o dinheiro cada vez mais caro.

Mesmo assim, só tem exigido aquilo que o permite sobreviver ampliando suas fronteiras, aumentando a produtividade muitas vezes na base de mecanismos até artificiais, como o aumento das fronteiras, o desbravamento de áreas de matas virgens por homens expulsos de sua terra de origem pela política que se está colocando em prática nos últimos anos no Brasil.

O agricultor de nossa região, do Paraná, e por via de consequência o brasileiro, ao reivindicar atenção às suas necessidades não está a pedir muletas, pois sabe e sabe mesmo, andar com suas pernas. Mas, o que exige é uma política agrícola honesta que não se verga a exigências que não se adequam à nossa realidade e também que não se adequam às necessidades reais da economia brasileira e do seu povo. O subsídio desta forma não passa de uma necessidade para garantir o desenvolvimento do setor como parte da economia brasileira e parte das mais ativas, das mais essenciais.

Vale analisar ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que mesmo a curto prazo as medidas da Resolução 783 do Conselho Monetário Nacional são inaceitáveis, porque quem conhece a atividade agrícola, sabe que o estímulo pelo crédito agrícola que chega ao agricultor vai refletir no próximo ano de 84, não imediatamente no ano de 83, porque é preciso entender esse jogo contado, porque o agricultor na verdade paga os juros agrícolas na comercialização e se nós vamos ter a quebra desse juro subsidiado para a safra de 83, no orçamento monetário vai refletir somente em 84.

Portanto, não há cabimento nem contábil para que essa medida venha a se justificar com imediatismo que se impôs na última reunião do Conselho Monetário Nacional.

Sabemos por outro lado, Sr. Presidente, que qualquer medida nesse sentido vai se refletir em 84, a inoquidade está presente no que diz respeito a medida pretendida de imediato.

Mas há outros aspectos que vêm socorrer a diminuição dos subsídios na agricultura.

A experiência tem mostrado que os preços agrícolas caem a uma velocidade maior, quando a inflação está em queda, e que crescem menos estes preços quando a inflação está em as-

censo, e mais, os objetivos maiores através dessa medida anunciada pelo Governo, é a retração na tomada do dinheiro.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que todos nós sabemos que o agricultor está endividado de um lado, descapitalizado de outro lado. Aqueles que vão produzir, porque existem aqueles que não irão mais produzir, ou diminuirão substancialmente suas áreas de plantio. Aqueles que vão produzir jamais poderão ir ao mercado buscar o dinheiro pelo custo do juro. E, portanto, a demanda continuará àqueles que irão plantar. E isso significará sem a menor dúvida, que, com a medida ou sem a medida, parte dos agricultores se virão obrigados a esta parte, a demandar desses juros subsidiados, mesmo do valor anunciado pelo Governo reduzindo para sessenta por cento da cobertura de custeio.

Tudo isto nos traz a firme certeza de que nada justifica a redução dos subsídios. Não há argumentos que nos retirem dessa posição, nem do ponto de vista da redução da inflação no plano imediato, nem contra os problemas gerados pela situação caótica e que alguns já pintam como catastróficas da vida e da economia nacional.

Não há dúvida portanto, e nos teremos em função dessas medidas quedas na produção. Nós teremos quedas na competitividade dos produtos agrícolas. E aí me parece que, essa medida na verdade tem "dente de coelho", Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque alguns setores da atividade produtiva primária do Brasil, nós já tínhamos competitividade no Exterior.

Começávamos a agredir tradicionais mercados de grãos dos Estados Unidos :E com aumento de custo de produção, vamos diminuir o poder de competição dos nossos produtos Isso haverá fatalmente de acontecer, porque o agricultor repassará o custo de produção, e vamos ter, mesmo produtos de exportação, diminuição do nosso poder de fogo, da nossa força de competição porque sabemos hoje que, por exemplo, a própria soja já vinha aos poucos arranhando o tradicional mercado dos Estados Unidos, desde que houvesse ainda uma política ainda mais agressiva na venda por parte do Governo brasileiro, nos tradicionais mercados de grãos dos Estados Unidos.

Portanto, haverá naturalmente uma queda na forma de competição dos nossos produtos no mercado externo :Teremos, por via de consequência, também uma diminuição na produção de alimentos. Significa menos comida na mesa, significa mais fome, e por conseguinte, haveremos de cair no processo circular causal dos economistas, aumentando a médio prazo o próprio processo inflacionário.

Mais carestia, mais inflação. Mais carestia menos condições de alimentação, salário mais baixo, mais desemprego, mais tensão social, maior ociosidade na indústria, Ociosidade ainda maior na indústria de produtos primários e menos ingressos de divisas.

Até sob esta ótica é preciso que a gente possa fazer aqui uma reflexão. Se desprezásemos, como o Governo vem aos poucos desprezando o próprio mercado interno, e ficássemos na veia mestra da política agrícola do Governo dos últimos tempos, que é o ingresso da divisa do Brasil, vamos sentir que estas medidas do Fundo Monetário Nacional, tutores do grande capital, e que subservientemente os Governos brasileiros, Ministros brasileiros, a tróica de ministros brasileiros aceitou, vamos ter a médio e longo prazo, uma diminuição no ingresso de divisas.

Isso refletindo claramente no objetivo maior até, da balança comercial e no próprio balanço de pagamentos :

Em suma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos deste nosso pronunciamento, de analisar também o outro aspecto, que nas medidas do Conselho Monetário Nacional implica em voltar-se para a rede bancária particular uma expansão na atividade de custeio agropecuário.

Será que por aí não teria, como disse um economista em São Paulo, um objetivo calado de se desestabilizar a estrutura

do Banco do Brasil?

Mais uma especulação que surge no rasto dessas medidas anunciadas pelo Governo e que foram produzidas pelos tutores do grande capital internacional travestidos de membros do FMI?

Mas, acima de tudo, há uma outra conclusão que nos deixa extremamente apreensivos que é a desestabilização de um dos mais importantes setores de qualquer nação: a desestabilização do setor produtivo primário. Medidas que, por certo, criarão mais evasão no campo, que criarão desestímulos, que criarão, acima de tudo, a possibilidade de se desorganizar a agropecuária, que é um dos últimos setores que responde, de imediato, a qualquer estímulo de qualquer governo, em qualquer país do mundo.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Nobre Deputado, antes da vinda do Fundo, o argumento que se usava e que se passou a usar com mais frequência, para justificar a retirada dos subsídios agrícolas, era aqueles de que a fraude no setor era incontrolável, porque o dinheiro subsidiado seria desviado, ao invés de ser aplicado na agricultura, ele estava sendo causa de especulação no mercado financeiro.

Mas, nobre Deputado, isto é o Governo confessar a sua incompetência, a sua incapacidade de fiscalização sobre o setor.

É evidente que o Governo tem mecanismos suficientes e poderia ter um eficiente sistema de fiscalização para, realmente, o dinheiro destinado ao setor ser aplicado no setor.

Então, me parece que esse argumento que era usado antes e depois se intensificou depois que se passou a especular sobre as necessidades do Brasil ir ao Fundo, o argumento muito usado, tanto que se passou a dar divulgação intensa sobre alguns casos isolados das fraudes constatadas.

Efetivamente, temos que reconhecer que há desvio desses recursos e que, hoje, muita gente retira dinheiro subsidiado para ser desviado do setor agrícola e passar a constituir especulação no mercado financeiro.

Mas, nós vemos preocupação nenhuma do Governo para punição. Porque, desde o tempo do "adubo papel", do volumoso escândalo da mandioca, que tudo isso não significa, nada mais nada menos do que esse processo de fraude dos juros subsidiados. Mas não vemos que este Governo que é bastante autoritário para expulsar padres, para prender padres, para condenar pessoas pela Lei de Segurança Nacional, isto que realmente constituiria um crime contra a Segurança Nacional, não vemos pessoas punidas nesse sentido.

Agora, acredito que, realmente, a agricultura brasileira precisa chegar a um estágio que não dependesse mais dos juros subsidiados. É evidente que, com a crise econômica que o País atravessa, isso não é possível. Mas, porque o Governo não aproveita a crise — que seria fácil de justificar perante a opinião pública — para a retirada gradativa então desses subsídios, traçando efetivamente uma política, então, uma política agrícola? Eu concordaria em que o subsídio fosse retirado, mas não nesse sentido como foi agora; que ele fosse retirado, num prazo de, por exemplo, cinco anos, e que esta retirada fosse gradativa, a fim de que o agricultor tivesse tempo suficiente de também se adequar a essa nova sistemática de que ele soubesse, por exemplo, que no próximo ano ele só teria 80 por cento, no ano seguinte, 60, 40, e assim gradativamente, até que ele, com um prazo suficiente, conseguisse se adequar a esta política da retirada total dos subsídios, mas, mudar as regras do jogo, de uma hora para outra, eu acredito que significa isto aí, desestabilizar totalmente o setor.

Por isto, eu concordo com Vossa Excelência que, talvez os reflexos só possam aparecer, os reflexos negativos, a partir de 84, quando efetivamente o agricultor vai pagar esta nova

taxação de juros. Agora, o que não posso admitir e daí dar o aparte ao discurso de Vossa Excelência, é esta verdadeira insensatez do Governo, numa hora de dificuldades em que todos os noticiários dos jornais do mundo inteiro, que a opinião pública inteira, nacional, acha o Brasil falido, o Brasil quebrado, só as autoridades financeiras queiram ainda dar a sua versão, não reconhecerem que a Nação inteira está aí, o nosso empresariado totalmente não acreditando nas palavras dos nossos ministros da área econômica — por que razão esses homens não têm a humildade de contar a verdade à Nação? Por que não partem da regra básica de incorporar, de pegarem a adesão inclusive dos Governos de Oposição que foram respaldados pelo voto, agora? E eu acredito que se o Governo hoje contasse realmente a verdade à Nação, se abrisse este protocolo de intenções para ser discutido no Congresso Nacional, ele estaria tendo ao seu lado também o compromisso da própria Oposição, porque nós temos que encontrar uma saída para o Brasil. Mas, diante da insistência, da negativa desses homens em tergiversarem a verdade, em fazerem jogo de palavras, em não quererem dizer que é a mesma coisa renegociar e reciclar, eu acredito que continuaremos nos afundando cada vez mais na crise, porque, se a crise é objetiva, há muito de subjetivismo. Se o povo não acreditar nas medidas que o Governo vai tomar — e o povo não está acreditando nos homens que estão adotando essas medidas — como consequência o povo desta Nação não vai acreditar neste plano econômico em que o Governo pretende ser o salvador da Pátria. Eu acho que este, mais uma vez, como todos os últimos planos do Governo, exatamente por não terem a adesão do povo, por não tirarem aquele preconceito, aquela reserva que o povo tem, da crença que precisa ter no Governo para realmente recuperar a Nação, será, mais uma vez, um fracasso.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa comunica que está encerrado o horário destinado ao orador, para ocupar a tribuna.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência pode continuar, no Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Passará a usar o Horário da Liderança, o Sr. Deputado Nelton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte do Deputado Nilso Sguarezi, e concordo plenamente, fazendo algumas observações, acrescentando à sua análise, exatamente um aspecto importante: primeiro, de que o subsídio é, como dizíamos no início do programa, uma prática reconhecidamente universal.

Se o Japão, a Austrália, Canadá, Estados Unidos, os países da Europa, se só a comunidade econômica européia no ano passado aplicou os subsídios na agricultura, num total de 13 bilhões de dólares, se os Estados Unidos aplicaram 11 bilhões de dólares, nós no Brasil ficamos com 3,3 bilhões de dólares aplicados como subsídios à agricultura. Aí há que se acrescentar, se desvios aconteceram estão aí as leis, os mecanismos extremamente competentes desde a polícia federal ao serviço de informação, mas que numa hora dessas se tornam na verdade inertes, passivos e por via de consequência coniventes com o trigo papel, com o adubo papel e assim por diante.

E acrescentaria mais: esse Governo perdeu a credibilidade. Quem dos Srs. Deputados não lembra da insistência com que a "troika" econômica financeira do Brasil negava a ida ao Fundo Monetário Internacional? Negava uma série de medidas como sabemos hoje claramente que em setembro já estavam definidos os dias e os assuntos tratados com os representantes do FMI que viriam logo após o pleito. Na época, Delfin Neto foi o primeiro a negar, inclusive debochando de um documento do PMDB, gozando do trabalho elaborado há várias

e várias mãos, durante meses e meses chamado Esperança e Mudança. Onde pela primeira vez neste País um Partido colocava até na miudeza algumas propostas para saída da crise. E para o PMDB veio o deboche, a gozação, a sátira, a ironia.

E exatamente dizia Delfin Neto: "se nós colocarmos em prática as medidas do PMDB é um Deus nos acuda, porque até nos levará ao FMI." Não colocou nas medidas do PMDB mas ele já estava com o pé no FMI, enganando todo o povo brasileiro.

Então, o que nós temos no Brasil é um Governo de mentira. É um Governo que ousa em dois, três dias, mudar totalmente a sua opinião, e a economia nacional que vai pro brejo.

E eu acrescentaria até sobre isso, para concluir o meu comentário sobre o aparte importante do Deputado Nilso Sguarezi, uma declaração de um dos membros da "troika", Carlos Langoni, Presidente do Banco Central. No dia 19 de julho de 1982, ele disse o seguinte:

"A única combinação capaz de dar à economia brasileira uma estrutura mais resistente a futuros e prováveis choques externos é aquela que pretende uma revisão institucional completa do País e uma modificação dos padrões nacionais de investimentos" — e aí eu chamo a atenção — "com o redirecionamento do capital do setor industrial para as áreas agrícola e mineral".

O Presidente do Banco Central, faz uma previsão colocando o seu cargo a avalizar uma idéia de que era preciso redirecionar o capital aplicado no setor industrial para as áreas agrícola e mineral. Nem se passaram seis meses, subscreve no Conselho Monetário Nacional uma medida que coloca abaixo essa idéia que alimentara no dia 19 de julho de 82.

Se é preciso modificar os padrões nacionais de investimento, alocando-se mais recursos para a agricultura, não fez o Presidente do Banco Central nenhum achado, aquilo que há tanto tempo também a Oposição vinha dizendo. A agricultura precisa ser estimulada, não desestimulada, precisa ser aquecida e não refreada. E o Governo está usando exatamente a medida contrária, procurando desestruturar este setor da atividade econômica, desestimulando portanto, a produção agrícola.

No próximo dia 11 de janeiro já teremos a próxima reunião do Fundo Monetário Internacional. Não há dúvida que por exemplo, na região Oeste do Paraná, já há um movimento de, em documentando essa perplexidade fazer esse último apelo, misto de protesto e conclamação, para que efetivamente haja o repensar por parte do Governo. E aí é que a sociedade organizada, agricultores, cooperativas, sindicatos, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Federação da Agricultura do Paraná, que por coincidência, Sr. Presidente, tem assento no Conselho Monetário Nacional, é que tem um compromisso histórico de se somarem as vozes dos homens públicos, a começar pelos governos que saem e pelos governos que entram, dos deputados votados e dos deputados não votados, para que esse anseio do povo brasileiro possa se concretizar, no sentido de que o Brasil precisa expandir a sua agricultura que não pode se desestruturar.

Para isso, é necessário um crescimento substancial de fatores de produção, reduzindo-se inclusive a dependência de insumos importados.

E eu aproveito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os últimos minutos, para que também não sejamos acusados de ficar só na análise, de alinhar algumas idéias que recolhemos de estudos, que recolhemos de conversa com lideranças do setor e com o próprio agricultor, na vivência que temos com a área, de que sem a menor dúvida o Governo carece tomar algumas providências urgentes, não só na questão de não diminuir o subsídio à agricultura, mas fundamentalmente fazer com que possamos, de uma vez por todas, quebrar a dependência que temos de insumos importados.

Há três anos atrás o Instituto de Pesquisas do Estado, o próprio IPARDES, provava para todos nós que 46 por cento das

divisas que entravam no Estado através da exportação, voltavam para o exterior na forma de importação de fertilizantes. Portanto, urgente, quebramos a dependência de todos os insumos importados e agilizamos os fatores de produção conquistados aqui mesmo, no solo brasileiro.

Também entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como uma das medidas necessárias, a urgente intervenção do Governo nos setores de comercialização, abrindo possibilidade de retirar o excesso de oferta do mercado, possibilitando assim a própria estabilidade de preços.

Talvez, se a mesma reunião do Conselho Monetário Nacional houvesse ao menos o aceno de que o Governo investiria no setor de comercialização para poder estabilizar os preços, estimulando e dando lucratividade ao produtor e possibilitando o acesso do consumidor, não estaríamos desta tribuna, nesta tarde, em nome de uma região produtora, fazendo esse desafo.

Mas o Governo, mais uma vez, se cala diante desse setor decisivo da economia nacional, que é o setor de comercialização.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte? **(Assentimento)** Vossa Excelência traduz o anseio, a reivindicação, a ansiedade de um setor agrícola.

Ontem, em declarações à imprensa, o representante do Paraná no Conselho Monetário Nacional, Mário Stadler de Souza, falando sobre a política cafeeira traçou talvez, com um poder de síntese muito grande, o que realmente acontece entre as classes produtoras e o Governo. Há uma preocupação generalizada do setor agrícola pela retirada do subsídio. Mas há um setor que ao menos há um semestre estava satisfeito com o desenvolvimento do seu setor.

E para a economia nacional é de fundamental importância que é o setor cafeeiro. O Governo vai mexer agora com o setor cafeeiro. E o nosso representante Mário Stadler de Souza dizia exatamente isso, de que no setor, num time que está ganhando, não se mexe.

Então, veja Vossa Excelência o distanciamento entre o que pretende fazer o governo e um dos setores mais importantes da nossa economia que, apesar de ter tido uma grande redução nos últimos tempos, é o setor cafeeiro. Nesta nova reunião do Conselho Monetário Nacional, vão mexer no setor cafeeiro.

Ora, diante disto nós só podemos traçar uma conclusão, é de que o Governo parece querer mexer com todos aqueles que se julgam numa situação não de desespero, mas numa situação remediável. Porque aqueles que estão numa situação irremediável, estes já não acreditam mais no Governo.

Então, o setor cafeeiro, com as últimas medidas adotadas, passou a acreditar em alguma coisa e passou a reinvestir até na cafeicultura. Vem uma nova medida em que os cafeicultores já sabem ser contrária ao próprio setor.

Diante disto, traçamos uma conclusão, que os homens que constituem o Governo não têm a sensibilidade mínima para ser Governo, porque Governo é aquele que pode, em determinado momento, ou permanentemente, satisfazer o povo. O povo é a mola principal de qualquer Nação. Se querem fazer disto aqui uma potência, tem uma regra básica, é ter um povo que acredite nesta Nação, que torne esta Nação viável. Porque enquanto tiver um povo que não acredita neste Governo, não teremos uma Nação viável. Povo, Governo e Território é a base de qualquer Estado organizado. Ora, se o povo não acreditar no Governo, e se o Governo não entender ou não compreender a linguagem do povo, nunca teremos realmente uma Nação viável.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte que me faz relembrar uma imagem que guardei de uma leitura sobre um dos maiores pensadores que surgiu na Humanidade. Perguntado a um grande mestre quais seriam realmente as três piores

ocorrências para uma Nação, ele catalogava dizendo que a primeira é um povo faminto. A segunda, um exército dividido. A terceira, quando os governados não confiam mais nos governantes.

Os discípulos insistiram ao grande Mestre, das três a pior. Sem dúvida, dizia o grande Mestre, é quando os governados não confiam mais nos governantes. Porque quando os governados ainda confiam nos governantes, é possível convocar os governados a produzir alimentos, é possível reunificar o exército, mas quando o povo não acredita mais na autoridade, no governo, não há mais o que fazer.

Nós, para concluir em tomo da análise do aparte do Deputado Nilso Sguarezi, podemos dizer que efetivamente no Brasil os governados não confiam mais nos governantes. Chegamos ao fundo do poço. Se perguntarmos hoje a um agricultor se ele acredita em qualquer palavra de Delfin Neto na televisão ou no rádio, ele por certo entenderá que estamos fazendo uma piada. Se perguntarmos a um operário o que ele vê das palavras de um ministro, como Murilo Macedo, ele por certo haverá de ter a suspeita que o ministro é do Capital e não do Trabalho.

E assim por diante, poderíamos ver isto. Como tivemos a oportunidade de ver agora, no início do Natal, enquanto o Presidente da República paranoava todo o dia, turmas e turmas de oficiais, o Fundo Monetário Internacional determinava o que o seu Governo deveria fazer.

Mas eu volto ao meu pronunciamento, para terminá-lo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se nós catalogarmos algumas medidas que entendemos necessárias, como a quebra de dependência de insumos importados, a intervenção no Governo nos setores de comercialização, é necessário também uma política de preços mínimos realista e estimulante. Qualquer produtor sabe que o melhor adubo que existe ainda continua sendo o bom preço, que ao menos venha cobrir o custo-produção e dar-lhe um mínimo de estímulo para continuar produzindo.

Nós iríamos ainda mais longe nesse rol de idéias, o bom senso está a indicar a necessidade de cortes substanciais indicados em determinados programas governamentais. Cito apenas um, como o do Projeto Nuclear; quando nós poderíamos com estes cortes, redimensionar a aplicabilidade de valores, inclusive no setor da agropecuária. E embora entendemos o assunto polêmico, ousaríamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que também o País poderia caminhar para a redução de impostos incidentes sobre produtos alimentares, ou sobre a transação destes produtos.

Nós temos uma posição pessoal clara sobre isso, da possibilidade da redução, inclusive do ICM, sobre produtos alimentícios ou sobre a transação desses produtos, mas com uma condicionante, de quantas que ocorra a redução de tributos como do próprio ICM sobre produtos alimentares e a transação dos mesmos, que ocorresse uma reforma tributária, para compensar os municípios e os Estados, quanto à perda dos recursos que fatalmente aconteceria através da redução do ICM, como citei há pouco. E iríamos mais longe, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos o estudo que foi divulgado recente, que o FINSOCIAL, haverá de arrecadar no ano de 1983, nada mais nada menos do que 504 bilhões de cruzeiros, o dobro do que todas as loterias existentes no Brasil, para o Governo. Quinhentos e quatro bilhões de cruzeiros, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é previsão de arrecadação do FINSOCIAL para 1983. Por que não, diante deste quadro, por que não, canalizarmos valores, substanciais do próprio FINSOCIAL, para um programa de alimentação popular, programa subsidiado, possibilitando, portanto, aumento do consumo de produtos alimentícios, possibilitando, do outro lado, numa outra ponta, o aumento da própria produção de alimentos.

Eis aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, algumas idéias que

alinhamos, sem nenhuma outra pretensão, senão a de não ficar apenas na constatação desta atitude, perniciosa para a agropecuária, que está deixando perplexo o produtor.

Em resumo, bastaria aqui fazer duas grandes perguntas: — Produzir, ou importar, alimentos? Desestruturar ou estilumar a agropecuária? É isso que o Conselho Monetário Nacional precisa responder dia 11 de janeiro. E sobre este assunto a classe política tem um papel a desenvolver mais do que nunca, para traduzir os anseios de todo um povo. Concluo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendendo que também de uma vez por todas está sepultada a prioridade à agricultura, tantas vezes anunciada pelo Governo Figueiredo.

Mas resta, ao final deste pronunciamento, a convicção de que até as classes patronais do setor agropecuário, estão levantando as suas vozes, clamando por aquilo que antes você só ouvia dos setores mais progressistas e mais vinculados aos interesses populares, dos trabalhadores na agricultura, de alguns sindicatos não apelegados e que agora se somam à voz de associações nacionais, de federações importantes, como a da agricultura de São Paulo de entidades como as representativas do Paraná, de cooperativas, como as da região Oeste do Paraná, cooperativas como as do Rio Grande do Sul, é um grito só, não é possível continuar com essa política agrícola.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado; havendo declinado, consulto à Liderança do PDS.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino, Sr. Presidente, e aproveito a oportunidade para requerer a Vossa Excelência a suspensão dos trabalhos por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. Antes porém encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Srs. Deputados.

(Está suspensa a sessão por 10 minutos).

(Faz soar os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está reaberta a Sessão. Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 134/82, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dispõe sobre a fixação da remuneração dos Deputados à Assembléia Legislativa, para a próxima Legislatura e dá outras providências. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Solicito a Vossa Excelência que me informe qual a matéria que está sendo votada.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — O Projeto de Resolução n.º 134/82.

O SR. TRAJANO BASTOS — Requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada

nominal 30 Srs. Deputados, há "quorum" para deliberação.

Continua a discussão do Projeto de Resolução n.º 134/82.

Sobre o referido projeto há uma Emenda Substitutiva de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a leitura da Emenda Substitutiva.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à leitura da Emenda Substitutiva)

"SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 134/82

SÚMULA: Dispõe sobre a fixação da remuneração dos Deputados à Assembléia Legislativa e dá outras providências

Art. 1.º — Os Deputados à Assembléia Legislativa do Estado perceberão, na próxima Legislatura, como remuneração, 2/3 (dois terços) dos valores atribuídos, a mesmo título, aos Deputados Federais.

Parágrafo único — A remuneração, tanto a parte fixa, como a variável será paga mensalmente.

Art. 2.º — A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado fixará e sempre que necessário corrigirá, por atos próprios, os valores de remuneração, bem como de quotas de combustível e de outras despesas para atendimento aos Gabinetes Parlamentares.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO".

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação o Substitutivo Geral. — Aprovado.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

Dezesseis Srs. Deputados aprovam, 9 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação, somente para prosseguimento da Sessão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 135/82, (Mensagem n.º 159/82, ex-Proposição n.º 139/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de órgão citado e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 136/82, (Mensagem n.º 160/82, ex-Proposição n.º 140/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Araruna, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 137/82, (Mensagem n.º 161/82, ex-Proposição n.º 141/82), oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras

de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 138/82, (Mensagem n.º 162/82, ex-Proposição n.º 142/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e, respectivamente os Municípios de Faxinal e Ortigueira, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 139/82, (Mensagem n.º 163/82, ex-Proposição n.º 143/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 140/82, (Mensagem n.º 164/82, ex-Proposição n.º 144/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de órgão citado e os Municípios aqui nominados, que objetiva a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 141/82, (Mensagem n.º 165/82, ex-Proposição n.º 145/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Paraíso do Norte, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 142/82, (Mensagem n.º 166/82, ex-Proposição n.º 146/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgão citado e o Município de Siqueira Campos, objetivando procedimentos conjuntos no sentido da melhoria do aeroporto do referido município. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 143/82, (Mensagem n.º 168/82, ex-Proposição n.º 147/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios SEPL/16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Guaíra, objetivando o repasse de recursos financeiros ao referido município, para execução das obras que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 144/82, (Mensagem n.º 169/82, ex-Proposição n.º 148/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Grandes Rios e Londrina, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 145/82, (Mensagem n.º 170/82, ex-Proposição n.º 149/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios aqui nominados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 146/82, (Mensagem n.º 172/82, ex-Proposição n.º 151/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Interior e o Município de Tapejara, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 147/82, (Mensagem n.º 173/82, ex-Proposição n.º 152/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, com objetivos mencionados. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 148/82, (Mensagem n.º 174/82, ex-Proposição n.º 153/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os municípios aqui nominados, objetivando a realização de feiras agropecuárias, outros eventos assemelhados, bem como execução de programas especiais no setor agrícola. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 149/82, (Mensagem n.º 175/82, ex-Proposição n.º 154/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e os municípios aqui nominados, objetivando a realização de feiras agropecuárias, outros eventos assemelhados bem como a execução de programas especiais no setor agrícola. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 150/82, (Mensagem n.º 176/82, ex-Proposição n.º 155/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Curitiba, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. —

Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 151/82, (Mensagem n.º 177/82, ex-Proposição n.º 156/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Ribeirão Claro, objetivando a execução de Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 152/82, (Mensagem n.º 179/82, ex-Proposição n.º 157/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Itambaracá, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 153/82, (Mensagem n.º 180/82, ex-Proposição n.º 158/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Agudos do Sul, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 154/82, (Mensagem n.º 181/82, ex-Proposição n.º 159/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios especificados e que objetiva a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 155/82, (Mensagem n.º 182/82, ex-Proposição n.º 160/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios aqui nominados, a termos de Cooperação Técnica e Financeira, para execução do PROSAFRAS - celebrados com os municípios citados EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 156/82, (Mensagem n.º 183/82, ex-Proposição n.º 162/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Paranaity, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 157/82, (Men-

sagem n.º 184/82, ex-Proposição n.º 163/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado através da Secretaria de Estado dos Transportes e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e a coparticipação em estudos e pesquisas de transportes no Estado. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 158/82, (Mensagem n.º 190/82, ex-Proposição n.º 164/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Uniflor, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 159/82, (Mensagem n.º 185/82, ex-Proposição n.º 165/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de Guaíra e União da Vitória, tendo como interveniente o Departamento de Trânsito, objetivando harmonização das diretrizes de serviços de trânsito com estudos de planejamento urbano dos referidos municípios. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão :**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 160/82, (Mensagem n.º 186/82, ex-Proposição n.º 166/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando assegurar a continuidade do Programa de Migrações Internas, no Estado, de acordo com as diretrizes definidas pela E.M. n.º 004/82. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 161/82, (Mensagem n.º 187/82, ex-Proposição n.º 167/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Tibagi, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 162/82, (Mensagem n.º 189/82, ex-Proposição n.º 168/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios aqui nominados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 163/82, (Mensagem n.º 188/82, ex-Proposição n.º 169/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Nova Cantu, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas

Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 156/82), que autoriza abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com ampliação das dependências do prédio da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 171/82), que estende aos Policiais Militares Inativos durante a vigência da Lei 7.343, as disposições dos arts. 1.º e 3.º da Lei 7.637, e aos Reformados ou Transferidos para a Reserva Remunerada, assegura situação que específica. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 178/82), que estabelece sanções pelas infringências à Lei n.º 7.389, de 12 de novembro de 1980, que estabelece áreas e locais considerados de especial interesse turístico. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 193/82), que autoriza o Poder Executivo a, mediante decreto e observadas as limitações orçamentárias, fixar, composição de vencimentos dos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, conforme específica. Com Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 154/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 194/82), que altera parcialmente a Lei 5.464, (Lei Orgânica do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis), adaptando-a às modificações introduzidas no Código de Processo Civil, através da Lei Federal n.º 7.019, de 31 de agosto de 1982. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 152/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 192/82), que majora os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do funcionalismo Estadual. Com pareceres FAVORÁVEIS e EMENDAS da C.C.J. e da C.F. por unanimidade. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Romero Filho, justificado da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações sobre as irregularidades que vem ocorrendo no DETRAN de Umuarama. — **Encerrada a discussão.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, quarta-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 134 a 163/82 e dos Projetos de Lei n.ºs 142, 150, 151, 153, 154 e 152/82.

Levanta-se a Sessão.